

Bruxelas, 23 de outubro de 2025 (OR. en)

14410/25

AGRI 527 AGRIFIN 122 AGRISTR 36 AGRIORG 124 ENV 1095 POLCOM 310

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	22 de outubro de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.° doc. Com.:	COM(2025) 872 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia para a renovação geracional na agricultura

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2025) 872 final.

Anexo: COM(2025) 872 final

14410/25

LIFE.1 PT



Estrasburgo, 21.10.2025 COM(2025) 872 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

Estratégia para a renovação geracional na agricultura

{SWD(2025) 872 final}

PT PT

1. GARANTIR O FUTURO DA AGRICULTURA: UMA ESTRATÉGIA PARA A RENOVAÇÃO GERACIONAL

A agricultura europeia não se resume à produção alimentar. Os agricultores, que estão no cerne da segurança alimentar da UE e são aliados fundamentais no que toca à competitividade, à ação climática e à proteção do ambiente, são essenciais para a preservação da vitalidade das zonas rurais. A atividade agrícola enfrenta, contudo, enormes pressões, como o envelhecimento da mão de obra, o declínio das populações rurais e uma conjuntura internacional complexa.

Em 2020, a idade média dos agricultores na UE era de 57 anos, sendo que apenas 12 % tinham menos de 40 anos¹. Neste grupo mais jovem, incluíam-se apenas 2,5 % de mulheres. A segurança alimentar é uma componente essencial de uma segurança e autonomia estratégica europeia de âmbito mais lato. Não se trata apenas de adversidades demográficas e, de um modo mais geral, societais, trata-se de um desafio estratégico, a que nos cabe responder enquanto sociedade.

O futuro da segurança alimentar na Europa assenta no dinamismo da próxima geração de agricultores e de produtores primários de alimentos.

A Visão para a Agricultura e a Alimentação² estabelece o quadro estratégico da UE para tornar a atividade agrícola e o setor primário mais atrativos, competitivos, preparados para o futuro e equitativos.

A nova abordagem proposta para o próximo quadro financeiro plurianual abre-nos uma janela de oportunidade: a política agrícola comum (PAC) tem tradicionalmente apoiado os jovens agricultores³ com medidas e orçamentos específicos, nomeadamente ajudas à instalação, taxas de apoio ao investimento mais elevadas e medidas de crédito. Com a nova proposta da PAC para o período pós-2027⁴, se for adotada, este apoio poderá tornar-se ainda mais adaptado e ambicioso. Dotado de medidas específicas, como o pacote de arranque para jovens agricultores, uma melhor orientação dos fundos, através dos pagamentos degressivos a favor dos jovens, e o apoio ao investimento, contribuir-se-á para dar o impulso necessário e aumentar a atratividade da profissão para as gerações mais jovens. A PAC para o período pós-2027 beneficiará também de sinergias acrescidas no quadro das políticas da UE previstas nos planos de parceria nacionais e regionais⁵, dado oferecerem aos Estados-Membros flexibilidade para definir um conjunto abrangente de ações em benefício dos jovens agricultores em vários domínios de intervenção.

Esta Estratégia de Renovação Geracional na Agricultura, uma prioridade política da Comissão⁶, dá primazia às ações políticas e ao apoio aos jovens e aos novos agricultores, em especial com menos de 40 anos de idade. Foca-se também nos principais obstáculos identificados durante a ampla consulta⁷ às partes interessadas, dando especial atenção aos

Eurostat, <u>Farmers and the Agricultural Labour Force</u> (Os agricultores e a mão de obra agrícola), 2020.

Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar — Construir juntos uma agricultura e um setor alimentar da UE atrativos para as gerações futuras.

Artigo 4.°, n.° 6, do Regulamento (UE) 2021/2115, que estabelece regras para apoiar os planos estratégicos da PAC.

⁴ COM/2025/560 final.

⁵ COM/2025/565 final.

Mission letter to Commissioner Hansen (Carta de missão ao Comissário Christophe Hansen).

Documento de trabalho dos serviços da Comissão — *Consulta das partes interessadas* — *Relatório de síntese*, que acompanha a presente estratégia.

jovens agricultores e aos jovens das zonas rurais, e em dados de várias fontes⁸. Visa igualmente apoiar os agricultores mais velhos na transmissão das suas explorações à geração seguinte, com dignidade, incentivando os Estados-Membros a garantirem regimes de pensões justos e fiáveis, num esforço mais vasto de promoção de um desenvolvimento rural inclusivo e resiliente. Está em consonância com as posições expressas pelo Parlamento Europeu⁹ e pelo Conselho¹⁰, assim como com os resultados do diálogo estratégico¹¹.

As zonas rurais ao longo das fronteiras orientais da UE, afetadas pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, enfrentam pressões socioeconómicas e de segurança específicas que obrigam a um apoio contínuo no âmbito deste esforço mais alargado. Para garantir uma agricultura sustentável, produtiva e resiliente, impõe-se hoje uma ação determinada. Se não forem tomadas medidas já, manter-se-á a tendência para o envelhecimento, o que dificultará ainda mais a renovação. Importa, assim, tomar medidas imediatas à escala da UE, nacional e regional, adotando uma abordagem de governação integrada.



Embora o apoio público continue a ser crucial, a verdadeira mudança só surgirá com as reformas necessárias, principalmente a nível nacional e regional, para eliminar os principais obstáculos à renovação geracional. Isto inclui a **necessidade de melhorar o acesso ao financiamento e à terra, reforçar a transmissão de competências e conhecimentos e tornar o mundo rural mais atrativo**, oferecendo melhores serviços públicos e infraestruturas adaptadas, ou seja, inclusivas, acessíveis e que dão resposta às necessidades das pessoas com deficiência e dos grupos em risco de discriminação. Neste contexto, a promoção de iniciativas culturais pode contribuir para reforçar os laços sociais e aumentar a atratividade da vida rural. O «**direito de permanência**» aplica-se à instalação de jovens agricultores que pretendam viver e cultivar a terra nesses territórios.

Além disso, a inovação moldará a competitividade e a transformação do setor agrícola. A próxima geração de agricultores possui grande potencial para impulsionar esta transformação. Os jovens agricultores são empreendedores e têm capacidade de adaptação. Estão com frequência na vanguarda quando se trata de adotar novas tecnologias, práticas sustentáveis e modelos empresariais diversificados. A sua participação é essencial para criar um setor agrícola resiliente e com visão de futuro.

Jovens agricultores da UE — Nota analítica n.º 10, DG Agricultura e Desenvolvimento Rural.

⁹ Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de outubro de 2023, sobre a renovação geracional nas explorações agrícolas do futuro na UE [2022/2182 (INI)].

Conclusões do Conselho sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE — 15631/23.

Diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE. Uma perspetiva comum para a agricultura e a alimentação na Europa, 2024.

Estas oportunidades poderão aumentar ainda mais no futuro, com a proposta de significativo aumento do orçamento global para a investigação e a inovação no quadro do Fundo Europeu de Competitividade (FEC)¹² e do novo Programa-Quadro de Investigação e Inovação¹³. Para o período de 2028-2034, a planificação proposta nos planos PNR, caso seja aprovada, permitirá aos Estados-Membros criar sinergias entre vários domínios de intervenção, para melhor enfrentar os desafios e dar uma resposta política concreta aos jovens agricultores e aos cidadãos que vivem nas zonas rurais.

2. RECENSEAR OS OBSTÁCULOS À RENOVAÇÃO GERACIONAL

No período de 2004 a 2024, a percentagem da população da União Europeia com mais de 65 anos aumentou de 16 % para 22 %, enquanto a percentagem de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 19 anos baixou de 22 % para 20 % ¹⁴. Esta mudança afeta muitos setores, mas o impacto é especialmente acentuado nas zonas rurais e, particularmente, no mundo agrícola.

No setor da agricultura, o envelhecimento é mais rápido do que noutros setores. A percentagem de explorações geridas por agricultores acima da idade da reforma (33,2 %) é muito superior à percentagem de explorações geridas por jovens agricultores (12 %)¹⁵, embora estes números variem de um Estado-Membro para o outro. Este desequilíbrio, que acompanha tendências semelhantes no setor das pescas e da aquicultura, ameaça a segurança alimentar a longo prazo, a autonomia estratégica da UE no plano da produção alimentar e o futuro das paisagens agrícolas europeias.

Os jovens são desincentivados a exercer a atividade agrícola devido a um conjunto de obstáculos interligados, nomeadamente em matéria de acesso à terra, crédito abordável e aquisição de competências/conhecimentos essenciais. No setor agrícola, a sucessão obriga a investimentos a longo prazo e envolve com frequência questões jurídicas, financeiras e emocionais complexas, especialmente no caso de explorações familiares. Conjugados com a natureza intensiva do capital na agricultura moderna, estes desafios dissuadem muitos novos operadores potenciais.

Na UE, 40 % da superfície total de terras são geridas por agricultores 16, o que coloca o setor no âmago da segurança alimentar, de zonas rurais dinâmicas e de serviços ambientais essenciais, como a resiliência climática e hídrica e a conservação da biodiversidade. Ao manterem a gestão ativa das terras, os agricultores reduzem também os riscos de fenómenos climáticos extremos, além de reforçarem a resiliência das zonas rurais. Este aspeto é

Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação do Fundo Europeu de Competitividade (FEC), incluindo o programa específico para as atividades de investigação e inovação no domínio da defesa, que revoga os Regulamentos (UE) 2021/522, (UE) 2021/694, (UE) 2021/697 e (UE) 2021/783 e que altera os Regulamentos (UE) 2021/696, (UE) 2023/588 e (UE) [PIDEUR], [COM(2025) 555 final] — vertente «Saúde, biotecnologia, agricultura e bioeconomia».

Proposta de Regulamento (UE) XXX do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Horizonte Europa, o Programa-Quadro de Investigação e Inovação, para o período 2028-2034, que define as suas regras de participação e difusão e que revoga o Regulamento (UE) 2021/695 (COM/2025/543 final) pilar II, domínio temático «Saúde, biotecnologia, agricultura e bioeconomia».

¹⁴ Eurostat, <u>Demography of Europe</u>, (Demografía da Europa), edição de 2025.

Eurostat, <u>Agriculture statistics – family farming in the EU</u> (Estatísticas agrícolas — Agricultura familiar na UE), 2020.

Eurostat, <u>Farms and farmland in the European Union</u> (Explorações agrícolas e terras agrícolas na União Europeia), 2020.

particularmente relevante nas regiões ultraperiféricas da União, fortemente dependentes da agricultura e mais vulneráveis aos fenómenos climáticos e às catástrofes naturais.

É essencial garantir a renovação geracional, especialmente nas explorações agrícolas familiares, para preservar a segurança alimentar, transferir conhecimentos e alinhar a produtividade pela sustentabilidade. Para além da produção alimentar e da gestão sustentável dos solos, muitos agricultores contribuem para as energias renováveis, através da bioenergia, da energia solar e da energia eólica, apoiando tanto os objetivos climáticos como a segurança energética. As reformas futuras permitirão otimizar as ligações à rede, aumentar o rendimento agrícola e abastecer as comunidades com energia produzida localmente.

A renovação geracional é essencial para manter uma agricultura viva, competitiva e inovadora, garantindo o abastecimento em alimentos seguros, sustentáveis e a preços acessíveis a mais de 450 milhões de consumidores da UE. A acessibilidade dos preços dos alimentos mantém-se uma preocupação, uma vez que os preços elevados exercem pressão sobre os orçamentos das famílias, especialmente no caso dos grupos com rendimentos baixos.

Para tornar a atividade agrícola uma escolha de carreira viável e satisfatória para os jovens, é necessário tomar medidas que vão para além do setor agrícola. As zonas rurais contam com cada vez menos jovens. No período de 2013 e 2019, o número de jovens entre os 15 e os 24 anos de idade a viver nas zonas rurais da UE-28¹⁷ baixou de 3,6 milhões para 1,9 milhões — o número de jovens entre os 25 e os 29 anos passou de 6,9 milhões para 5,9 milhões¹⁸.

O futuro dos agricultores depende da criação de zonas rurais **mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas**, em consonância com a visão a longo prazo para o mundo rural na UE¹⁹. É fundamental dispor de comunidades dinâmicas, de infraestruturas de qualidade, de serviços acessíveis, de uma oferta de educação e formação atrativas e de qualidade, assim como de oportunidades de emprego, além de fortes vínculos sociais, para reter os jovens e conceder o «direito de permanência», atraindo simultaneamente novos agricultores. As zonas rurais são fundamentais para o modo de vida europeu. Importa, pois, garantir que continuam a ser locais atrativos para viver.

Os «agricultores do futuro» participarão em redes mais diversificadas, que incluem novos operadores, um conjunto variado de modelos agrícolas e empresariais, incluindo os ligados à economia social, bem como parcerias inovadoras, refletindo a crescente diversidade dos sistemas alimentares²⁰. As novas formas de colaboração, como as parcerias, os intercâmbios intergeracionais, as sinergias com outros setores de atividade e a partilha de terras, desempenham um papel importante, reduzindo os obstáculos no acesso à atividade e reforçando os laços comunitários. Estes modelos ajudam a criar sistemas agrícolas mais inclusivos e resilientes, o que, por sua vez, contribui para a vitalidade social e económica das comunidades rurais. Apoiando-se nas cooperativas e nas organizações de produtores,

A UE-28 inclui o Reino Unido antes da sua saída da UE em 31 de janeiro de 2020.

Young people in agriculture and rural areas (Os jovens na agricultura e nas zonas rurais), Comissão Europeia.

Regulamento (UE) 2025/1914 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro de 2025, que altera os Regulamentos (UE) 2021/1058 e (UE) 2021/1056 no respeitante a medidas específicas para fazer face a desafios estratégicos no contexto da revisão intercalar, adotado em 18 de setembro de 2025 (JO L, 025/1914, 19.9.2025).

Farmers of the future (Agricultores do futuro), Repositório de publicações do JRC.

oferecem soluções práticas aos recém-chegados, reforçando simultaneamente o tecido socioeconómico das zonas rurais.

Em última análise, o futuro da agricultura e das zonas rurais depende da criação de condições adequadas para os jovens construírem as suas vidas e carreiras nessas zonas, para que a atividade agrícola possa continuar a contribuir para uma UE resiliente e sustentável.

3. CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES PARA A PRÓXIMA GERAÇÃO DE AGRICULTORES EUROPEUS

A agricultura da UE oferece um conjunto alargado e evolutivo de possibilidades de atrair, acompanhar e reter os jovens e os novos agricultores, assim como os trabalhadores agrícolas. Há diferentes modelos agrícolas que mantêm a sua pertinência, contribuindo cada um deles, de várias formas, para a produtividade, a resiliência às alterações climáticas, a sustentabilidade ambiental, a preservação das tradições rurais e locais, enquanto parte integrante do património cultural da União, e a sustentabilidade dos sistemas alimentares, atraindo simultaneamente novos perfis de jovens agricultores. A aceitação desta diversidade permite um setor inclusivo, que responde às diferentes condições, à necessidade de diversificação agrícola — de modo a garantir a segurança alimentar, especialmente em zonas isoladas —, às exigências dos consumidores e às visões das empresas. Seja através da inovação, seja através de competências tradicionais, os jovens agricultores desempenham um papel fundamental na construção do futuro da agricultura.

A diversificação das atividades nas explorações e dos produtos agrícolas contribui para a maior robustez do setor, alargando o leque de fontes de rendimento: o agroturismo, a transformação dos produtos na própria exploração, os sistemas agro-aquícolas integrados, as soluções bioeconómicas, designadamente a produção de materiais renováveis e de bioenergia ou de alimentos para animais a partir de algas, ou, ainda, o sequestro do carbono, figuram entre as atividades com potencial significativo para contribuir para zonas rurais viáveis. A título de exemplo, a bioeconomia e as soluções circulares transformam os resíduos em recursos e em energia, contribuindo simultaneamente para a autonomia estratégica e para os objetivos climáticos e ambientais da União. Neste contexto, criam-se novos postos de trabalho e oferecem-se mais oportunidades. Para muitos jovens agricultores, que, com frequência, exercem a atividade a tempo parcial ou a conjugam com outros empregos, as possibilidades oferecidas podem ser fundamentais para a construção de carreiras profissionais flexíveis e estáveis no setor agrícola em sentido lato.

A renovação geracional não é impulsionada apenas pela PAC. É vital realizar investimentos mais abrangentes em infraestruturas e serviços rurais, de modo a atrair os jovens e os novos operadores, nomeadamente serviços acessíveis, inclusivos e de qualidade, em domínios como a saúde e os cuidados continuados, a educação e a formação, a habitação, a água, as infraestruturas, as estruturas de acolhimento de crianças, os transportes, a comunicação digital e as atividades de lazer, em consonância com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A política de coesão complementa as intervenções da PAC e apoia significativamente as zonas rurais. Contribui para alcançar os objetivos económicos, sociais e territoriais com investimentos específicos, nomeadamente em domínios como a banda larga, a energia limpa, a saúde, a educação, o emprego, a inclusão social e as infraestruturas locais, nas comunidades rurais. Estes investimentos traduzem-se em valor acrescentado e em bem-estar

para as zonas rurais. A revisão intercalar dos programas da política de coesão²¹ prevê também incentivos e flexibilidades para apoiar objetivos prioritários como a resiliência hídrica, a habitação, a transição energética e a competitividade e inovação, tudo questões pertinentes para as zonas rurais.

À medida que a agricultura se for transformando — com o emparcelamento rural, a integração na cadeia de valor, a adoção das novas tecnologias e a adaptação às alterações climáticas — serão necessários instrumentos para ajudar os agricultores e os decisores políticos a antecipar e responder com ações coordenadas viradas para o futuro, em conformidade com as regras aplicáveis aos auxílios estatais.

4. A NOVA PAC E OS PLANOS PNR: IMPULSIONAR MUDANÇAS POSITIVAS

A PAC desempenha um papel central na criação de oportunidades de desenvolvimento empresarial sustentável, melhorando o acesso ao financiamento, ao conhecimento e à inovação, enquanto as medidas adotadas pelos Estados-Membros abordam também os principais obstáculos, como o acesso à terra por parte dos novos operadores²².

A proposta para a PAC no quadro do QFP no período pós-2027 constitui um passo importante no sentido de uma agricultura europeia mais moderna, inclusiva e orientada para o futuro, colocando a renovação geracional no centro da sua ação.

Se for adotada, poderá facilitar a entrada de novos agricultores, com um apoio reforçado à investigação e inovação, fundamental para a renovação geracional, impulsionando a modernização e a produtividade, criando oportunidades económicas e melhorando as condições de vida das zonas rurais, apoiando simultaneamente a diversidade e a inclusão. Com a próxima proposta de QFP, a Comissão apresenta também uma abordagem mais integrada do apoio às zonas rurais, no âmbito e fora do âmbito da PAC. Os investimentos obrigam a uma ação coordenada entre serviços governamentais e ao nível da gestão, apoiada pelas reformas necessárias. A proposta para a PAC é fundamental para a proposta da Comissão relativa aos novos PNR, complementada por medidas da UE e iniciativas nacionais e regionais.

Os PNR terão de conter medidas para responder à questão da renovação geracional, incluindo a preparação de uma estratégia nacional que identifica as tendências demográficas, aborda os obstáculos à entrada no mercado e define medidas de apoio específicas. Para serem eficazes, estas estratégias deverão ser exaustivas, refletindo as realidades complexas que os agricultores enfrentam em cada Estado-Membro, assegurando simultaneamente a coerência com os esforços mais amplos realizados a nível nacional e regional para revitalizar as zonas rurais e contribuindo para os esforços comuns de renovação geracional na UE. Os Estados-Membros serão obrigados a estabelecer metas concretas para a renovação geracional, a informar regularmente sobre os progressos realizados e a efetuar ajustamentos caso os resultados sejam insuficientes, explicando de que forma o plano concentra os recursos no apoio a essa renovação geracional. Por sua vez, a Comissão recorrerá a parâmetros de referência e a recomendações específicas da PAC para

²² Comissão Europeia — Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural — Unidade A.3 (2025): Avaliação das estratégias de renovação geracional nos Estados-Membros da UE — Relatório.

Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera os Regulamentos (UE) 2021/1058 e (UE) 2021/1056 no respeitante a medidas específicas para fazer face a desafios estratégicos no contexto da revisão intercalar.

orientar as políticas nacionais, garantindo o cumprimento da obrigação de prestar contas e de alinhamento pelos objetivos da UE. O «pacote de arranque» para jovens agricultores constitui um elemento central desta nova estratégia, que inclui o apoio à instalação, as ajudas ao investimento e o acesso a instrumentos financeiros, bem como medidas fiscais favoráveis. Estas medidas complementares visam apoiar as empresas em fase de arranque, as parcerias no domínio da inovação, os regimes sucessórios, a formação e os serviços de substituição nas explorações agrícolas, para ajudar a conciliar melhor vida profissional e vida familiar. Para aumentar a acessibilidade e a eficiência, propõe-se que todo o apoio seja disponibilizado através de um ponto de entrada único em cada Estado-Membro.

Para alcançar este objetivo, os Estados-Membros deverão duplicar os seus esforços de renovação geracional, em especial os que registam menos avanços. No quadro do futuro mecanismo de orientação, a Comissão recomendará que os Estados-Membros invistam, para o efeito, pelo menos 6 % dos montantes reservados para a agricultura²³. Se necessário, este montante poderá ser complementado, de modo a assegurar um nível adequado de financiamento ao abrigo dos PNR para a execução da estratégia nacional.

Com este conjunto de compromissos nacionais e de metas mensuráveis, a par das orientações da Comissão, a proposta de nova PAC, se for adotada, reforçará o seu papel de motor da renovação, permitindo aos jovens agricultores construir carreiras viáveis e assegurando a sustentabilidade da agricultura europeia a longo prazo.

Iniciativas emblemáticas²⁴

- Importa definir estratégias abrangentes e de execução obrigatória para a renovação geracional na agricultura em cada Estado-Membro, reforçadas com requisitos claros para identificar as tendências em termos demográficos, os obstáculos à entrada no mercado e medidas de apoio específicas.
- Os Estados-Membros deverão duplicar esforços no que respeita à renovação geracional. Na futura programação dos PNR, a Comissão recomendará, no âmbito do futuro mecanismo de orientação, que os Estados-Membros invistam, pelo menos, 6 % das despesas reservadas para o setor da agricultura para este efeito, podendo ser complementadas com fundos adicionais dos PNR, a fim de assegurar o financiamento adequado da execução das estratégias nacionais.
- O «pacote de arranque para jovens agricultores» visa facilitar o acesso à atividade e o estabelecimento dos jovens agricultores no setor, com a ajuda de um conjunto abrangente de intervenções.

5. EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA: PRÓXIMAS ETAPAS DA RENOVAÇÃO GERACIONAL

É essencial colocar os jovens agricultores no centro do desenvolvimento das políticas para tornar a renovação geracional uma realidade duradoura no setor da agricultura europeia. Para garantir que os jovens agricultores participam ativamente nesta estratégia e que esta não se limita à concessão de apoios, a Comissão previu uma **participação estruturada dos jovens**, para juntar as suas vozes ao processo de conceção e de execução das políticas.

^{6 %} dos montantes constantes do anexo XVIII do [Regulamento PNR — COM(2025) 565 final].

Várias das ações e das iniciativas apresentadas baseiam-se nas propostas para o QFP no período pós-2027, uma vez que estas propostas estão sujeitas ao processo de codecisão. O seu conteúdo final dependerá do resultado do processo legislativo.

Seguindo esta abordagem, a Comissão organizou dois diálogos sobre políticas com os jovens²⁵, no âmbito dos quais se debateu a questão da renovação geracional, dando aos jovens a oportunidade de moldarem a política agrícola.

A nível nacional, os Estados-Membros são incentivados a incluir os representantes dos jovens agricultores nos comités de acompanhamento²⁶, **garantindo que as suas perspetivas servem de base às decisões políticas** no âmbito da PAC. Tal cria um espaço institucional para lhes dar voz na tomada de decisões, permitindo-lhes contribuir para uma melhor execução e para uma maior responsabilização no cumprimento dos compromissos em matéria de renovação geracional.

Ao integrar diretamente os jovens na elaboração das políticas agrícolas, esta estratégia lança as bases para uma maior responsabilização, um apoio mais reativo e um setor agrícola dinâmico e orientado para o futuro. Esta abordagem reflete o compromisso assumido pela UE de garantir aos construtores da agricultura europeia do futuro os instrumentos e a voz para o fazer.

Para aproveitar esta dinâmica, ao longo do presente mandato, prosseguirão os diálogos anuais sobre políticas com os jovens, permitindo o intercâmbio regular de pontos de vista, a partilha de experiências e um debate informado sobre questões políticas fundamentais, garantindo que sejam igualmente ouvidas todas as vozes jovens.

PRINCIPAIS OBJETIVOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

O principal objetivo desta estratégia é assegurar a resiliência do setor agrícola a longo prazo, apoiando o rendimento das explorações agrícolas. Isto é essencial não só para a vitalidade das zonas rurais, mas também para a segurança alimentar da Europa. Haverá, portanto, que ajudar os agricultores a criar empresas economicamente viáveis, sustentáveis e preparadas para o futuro. Para o efeito, a inovação e o empreendedorismo são facilitadores transversais fundamentais.

É crucial dotar os jovens e os novos agricultores de meios que lhes permitam tirar proveito das oportunidades emergentes, bem como **apoiar a diversificação dos rendimentos agrícolas**. O objetivo a longo prazo é tornar os agricultores mais resilientes e menos dependentes dos subsídios. Este objetivo assenta, nomeadamente, no potencial da bioeconomia, das energias renováveis, da natureza e dos créditos de carbono, assim como nas cadeias de abastecimento curtas.

Esta estratégia reconhece que a atividade agrícola deve proporcionar **rendimentos estáveis e equitativos, mediante a aplicação de preços justos**²⁷, para proporcionar meios de subsistência viáveis e atrativos. Os participantes nos diálogos sobre políticas com os jovens²⁸ identificaram o rendimento justo como o desafio a que importa responder de modo mais premente. Para muitos jovens europeus, as perspetivas económicas limitadas continuam a ser um fator dissuasor do ingresso na atividade agrícola. A Comissão tomou nota destas

https://agriculture.ec.europa.eu/overview-vision-agriculture-food/young-people-agriculture-and-rural-areas_en.

Conforme previsto no artigo 124.º do Regulamento (UE) 2021/2115.

²⁷ Embora não exista uma definição oficial de «preço justo», considera-se razoável a interpretação que abrange o custo total da produção sustentável, garante um rendimento digno aos produtores e se mantém acessível para os consumidores.

Youth Policy Dialogue in Agriculture (Diálogo com os jovens sobre as políticas agrícolas).

preocupações e já lhes está a dar resposta com a adoção de iniciativas mais globais, nomeadamente introduzindo reformas e novos instrumentos destinados a melhorar a equidade e a transparência na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar²⁹. É importante recordar o papel fundamental das organizações de produtores (OP), que podem reforçar o poder de negociação dos agricultores, melhorar o acesso ao mercado e contribuir para rendimentos mais justos.

Existe um amplo consenso³⁰ quanto aos cinco domínios que exigem medidas urgentes: o acesso ao financiamento, à educação, à formação, a competências, à terra e a um nível de vida digno nas zonas rurais, bem como a assistência na sucessão e na reforma. Estes desafios são abordados no âmbito de cinco blocos estratégicos, compreendendo cada um deles várias iniciativas emblemáticas fundamentais e ações de apoio:

A. Acesso ao crédito e ao financiamento

O acesso ao financiamento continua a representar um grande desafio para todos os agricultores, em especial para os jovens e para os novos operadores, uma vez que a instalação ou a aquisição de uma exploração agrícola obriga a investimentos iniciais avultados, cujos retornos são com frequência imprevisíveis ou incertos. Muitos dão início à atividade sobrecarregados de dívidas, o que dificulta o financiamento de novas operações, a adoção de práticas sustentáveis ou a modernização dos equipamentos. Em 2023, o rácio passivo/ativo dos jovens agricultores era superior a 20 % — sendo de 8 % no caso dos agricultores com mais de 65 anos³¹, o que evidencia a maior pressão financeira sobre a geração mais nova.

Em 2022, no caso dos jovens agricultores da UE-27, registou-se um défice de financiamento de 14,1 mil milhões de EUR, o que representa 22 % do défice total do setor — significando isto um aumento de 11 % desde 2017³². De acordo com os resultados do novo inquérito no âmbito da plataforma fi-compass do BEI³³, os setores-chave não registam melhorias. No caso dos cereais, das oleaginosas e das proteaginosas, o défice ascende a 4,9 mil milhões de EUR, no caso dos produtos hortícolas, a 3,2 mil milhões de EUR e no caso das vacas leiteiras, a 0,4 mil milhões de EUR. Este fosso crescente acentua o papel central desempenhado pelos jovens agricultores para responderem às necessidades de investimento do setor e a urgência na resposta aos seus condicionalismos financeiros.

Uma das questões mais prementes é o acesso limitado a produtos financeiros personalizados. Os jovens agricultores **enfrentam com frequência dificuldades na obtenção de empréstimos a longo prazo**, em especial de duração superior a 12 anos, devido à falta de garantias ou de um historial de crédito. Para eliminar estes obstáculos, devem ser

Plataforma fi-compass, *Financing Gap in Agriculture & Agri-Food* (Défice de financiamento no setor agrícola e agroalimentar), RTW, 2023.

As alterações propostas ao Regulamento Organização Comum dos Mercados (OCM) visam reforçar a posição dos agricultores nas negociações de contratos, promover a cooperação e melhorar a transmissão de preços. Paralelamente, as novas regras em matéria de aplicação transfronteiras ao abrigo da Diretiva Práticas Comerciais Desleais visam proteger melhor os agricultores. Estes esforços são complementados pelo Observatório da Cadeia Agroalimentar da UE (AFCO), que fornecerá dados sobre a formação de preços para apoiar decisões políticas mais justas.

Documento de trabalho dos serviços da Comissão — *Consulta das partes interessadas* — *Relatório de síntese*, que acompanha a presente estratégia.

³¹ Dados da RICA.

Trata-se dos resultados preliminares de um inquérito realizado em 2025, que abrangeu os três subsetores, e que serão publicados num futuro próximo no sítio Web da plataforma fi-compass.

especificamente concebidos instrumentos financeiros que lhes sejam dedicados, nomeadamente empréstimos e garantias. Estes instrumentos poderão apoiar um vasto conjunto de investimentos, desde o desenvolvimento empresarial ou a adaptação às alterações climáticas até à digitalização e à progressiva aquisição das explorações agrícolas, passando pela compra de ações. Estes instrumentos deverão também ser adaptados às especificidades dos modelos empresariais alternativos, como as cooperativas e as empresas sociais. As parcerias público-privadas e o reforço da colaboração com o Grupo do Banco Europeu de Investimento (Grupo BEI) e demais instituições financeiras poderão facilitar ainda mais o acesso ao financiamento. Por outro lado, as contragarantias poderão oferecer um potencial inexplorado aos Estados-Membros que procuram apoiar a renovação geracional. A Comissão, juntamente com o Grupo BEI, explorará as formas de apoiar os jovens e os novos agricultores, incluindo através de regimes de garantia e de bonificações de juros.

O financiamento é essencial, especialmente no caso da aquisição de terras. Os jovens agricultores deverão poder recorrer a instrumentos cofinanciados pela UE para adquirir terras agrícolas sem condições restritivas. Isto permitir-lhes-á consolidar as suas operações e investir em melhoramentos a longo prazo, como a saúde dos solos, as práticas agroecológicas ou o sequestro de carbono. O acesso à terra continua a representar um grande obstáculo, sendo fundamental facilitar a aquisição de terras para garantir a exequibilidade a longo prazo.

Paralelamente, é essencial **investir na inovação e em tecnologias modernas**, para aumentar a produtividade e a resiliência e apoiar a transição ecológica. O financiamento terá de ir além dos instrumentos convencionais, de modo a permitir aos jovens agricultores adotar novas técnicas, ferramentas digitais e soluções sustentáveis que lhes permitam enfrentar os desafios colocados pelas alterações climáticas e pela evolução da procura de mercado. Este aspeto é particularmente relevante para o setor da agricultura biológica, em que os rendimentos mais baixos podem aumentar o risco financeiro. A este respeito, é crucial implementar instrumentos de gestão dos riscos eficazes e, embora os novos pagamentos de transição de 200 000 EUR no âmbito da futura PAC, caso seja adotada, possam constituir um bom exemplo de apoio aos produtos biológicos e à transição, serão necessários recursos adicionais para, dada a sua dimensão, fazer face aos desafios enfrentados.

Além disso, as alterações dos quadros regulamentares tornam mais difícil para os agricultores confiar nos investimentos a longo prazo. Ao contraírem empréstimos com base nas regras vigentes e serem confrontados com a alteração dessas mesmas regras antes mesmo de terem amortizado os seus investimentos, os agricultores veem comprometida a segurança jurídica e a previsibilidade. Um dos principais objetivos da Comunicação da Comissão «Visão para a Agricultura e o Setor alimentar» é, por conseguinte, um setor agroalimentar mais previsível para 2040. A Comissão compromete-se a alargar os períodos de transição ao considerar a introdução de alterações regulamentares que afetem as explorações agrícolas.

Neste contexto, o financiamento nacional e no âmbito da PAC continuam a ser vitais. Os auxílios à instalação e o apoio específico ao investimento são essenciais para ajudar os jovens agricultores a lançarem as suas empresas, a reforçar a resiliência e a gerir os riscos do mercado e climáticos. As ajudas de montante fixo para a transição, nomeadamente as previstas na futura PAC, podem também desempenhar um importante papel no apoio aos agricultores durante as fases iniciais críticas de adaptação a estes desafios.

A proposta de FEC, a par do segundo pilar do Horizonte Europa, poderão proporcionar novas vias de financiamento do setor agrícola, incluindo os novos operadores e os jovens agricultores, para que possam expandir as suas empresas e ultrapassar os obstáculos estruturais. Em consonância com a Estratégia Europeia para as Empresas em Fase de Arranque e as Empresas em Fase de Expansão³⁴, estes instrumentos permitem mobilizar capital, colmatar lacunas de financiamento do crescimento e promover as empresas agroalimentares emergentes nas zonas rurais. Os jovens agricultores que lançam empresas rurais poderão expandir as suas atividades recorrendo a estes instrumentos, incluindo o Conselho Europeu da Inovação, se for caso disso.

Será fundamental criar instrumentos financeiros adaptados e mecanismos de apoio integrados, combinando o financiamento público e privado, para libertar o potencial da próxima geração e impulsionar uma transformação sustentável da agricultura da UE.

Iniciativas emblemáticas

- Na proposta para a futura política agrícola comum, triplicou o nível máximo do apoio da PAC (equivalente-subvenção bruto) para a instalação de jovens agricultores quando o apoio é concedido através de instrumentos financeiros (de 100 000 EUR para 300 000 EUR), permitindo um volume de empréstimos muito mais elevado por projeto e/ou uma redução significativa dos pagamentos de juros.
- A proposta prevê igualmente um aumento da taxa de apoio ao investimento até 85 % e a possibilidade de os Estados-Membros fixarem níveis mínimos de despesas ou taxas de cofinanciamento da UE mais elevadas para os jovens agricultores.

Ações propostas	no âmbito da PAC — atual e para o período de 2028-2034	
Apoio à conceção financeira e sensibilização	Prestar assistência técnica na definição e implantação de instrumentos financeiros adaptados aos jovens agricultores. Esta medida inclui o acompanhamento e o apoio através de plataformas como a plataforma fi-compass, assim como um maior esforço de comunicação e de divulgação, de forma acessível, no âmbito da rede da PAC, para sensibilizar para as oportunidades de financiamento.	2.º trimestre de 2026 e atual PAC

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Estratégia Europeia para as Empresas em Fase de Arranque e as Empresas em Fase de Expansão: Escolher a Europa para o arranque e a expansão» [COM(2025) 270 final].

Acesso ao financiamento e melhor gestão dos riscos no âmbito das estratégias dos Estados-Membros e através do pacote de arranque	 Adotar medidas incidentes no acesso ao financiamento por parte dos jovens agricultores no âmbito das suas estratégias de renovação geracional e ponderar a aplicação de medidas adicionais, como taxas de subvenção mais elevadas ou pontos de bonificação na seleção dos projetos apresentados por grupos sub-representados, em especial para as jovens agricultoras. Criar fundos de empréstimo e de garantia para jovens agricultores, incluindo instrumentos com taxas de juro reduzidas, garantias mais baixas, períodos de carência e prazos de reembolso mais longos, no quadro das dotações nacionais dos Estados-Membros e através dos instrumentos previstos no pacote de arranque, incluindo para a agricultura biológica. 	Nova PAC — a partir de 2028
Planos de atividades	 Criar serviços de aconselhamento para apoiar os jovens agricultores e os novos operadores na elaboração e atualização dos seus planos de negócio, reforçando simultaneamente as ligações entre as zonas rurais e urbanas. 	A partir do 4.º trimestre de 2025
Ações	propostas no âmbito de outras políticas da UE	
Dotações específicas para empréstimos do BEI	Promover e monitorizar as dotações de empréstimo do BEI para a agricultura e a bioeconomia, incluindo o financiamento dedicado aos jovens agricultores. Garantir a transparência e a comunicação das despesas específicas que beneficiam este grupo. Intervir junto do BEI no sentido do aumento do financiamento com riscos próprios para além das garantias da UE. Definir formas de apoiar os jovens e os novos agricultores, incluindo os regimes de garantia e as bonificações de juros.	Período de 2025-2027 e a seguir/Nova Estratégia da UE para a Bioeconomia
Apoio ao abrigo dos instrumentos adequados em cooperação com o Grupo BEI e outros instrumentos dos parceiros de execução	Facilitar o acesso dos jovens agricultores ao financiamento através dos instrumentos adequados, em especial produtos de garantia e de capital próprio desenvolvidos com o FEI, o BEI ou outros parceiros de execução, que permitam a aquisição de explorações agrícolas e a implantação de tecnologias inovadoras.	Período de 2025-2027 e a seguir/Nova Estratégia da UE para a Bioeconomia
Açõ	es voluntárias ao nível dos Estados-Membros	
Melhorar o acesso ao crédito através dos bancos de fomento	Estabelecer parcerias com os bancos de fomento nacionais para criar regimes que melhoram o acesso ao crédito por parte dos agricultores.	A partir do 4.º trimestre de 2025

B. Acesso ao conhecimento e a competências

A formação e a aquisição de competências adaptadas para desenvolver e manter a atividade das explorações agrícolas viáveis são fatores essenciais para o êxito dos jovens agricultores. Os desafios colocam-se muito antes da criação das explorações agrícolas, implementando quadros jurídicos e financeiros complexos e preparando planos empresariais que conciliem a viabilidade económica com a sustentabilidade social e ambiental. Com sistemas de apoio estruturados, que proporcionem formação, aconselhamento e mentoria antes, durante e após a instalação, mitiga-se o risco de insucesso. Os desafios que se colocam aos agricultores em termos de transferência de competências ao

tomar conta de uma exploração ou adaptar o papel desempenhado nas explorações familiares existentes são distintos dos enfrentados pelos agricultores da primeira geração.

Além do planeamento e do desenvolvimento empresarial, a educação e formação no domínio agrícola, assim como os serviços de aconselhamento, têm de abarcar os desafios e as oportunidades emergentes, como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a digitalização, a integração das energias renováveis ou as práticas agrícolas inteligentes, com base nos sistemas espaciais europeus, como o Copernicus e o Galileo. Conforme salientado na Estratégia da UE para a literacia financeira³⁵, as competências na área financeira são também cruciais, ao permitirem aos jovens agricultores gerir eficazmente os investimentos, os créditos e os riscos e tomar decisões informadas para garantir viabilidade a longo prazo. Para lograr obter uma transformação sustentável do setor, é essencial dotar os jovens e os novos agricultores das competências e dos instrumentos necessários para adotarem práticas agroecológicas, combinar digitalização e mão de obra (escassa) e gerar valor acrescentado através, por exemplo, de empresas de bioeconomia. As oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, os formatos de formação a tempo parcial, os intercâmbios e as ferramentas digitais são fundamentais para garantir o acesso ao conhecimento e às competências necessárias. Além disso, é essencial envidar esforços adaptados, de modo incluir os agricultores a tempo parcial, os trabalhadores agrícolas, as mulheres e os grupos em situações de vulnerabilidade, tendo em vista a inclusividade e o alargamento das oportunidades.

As plataformas colaborativas acessíveis que incentivam à partilha de conhecimentos, equipamentos e serviços ajudam a reduzir custos, a reforçar a resiliência das comunidades e a promover a inovação. No âmbito do atual QFP, o Pacto para as Competências — Parceria do setor agroalimentar³⁶, apoia as partes interessadas na melhoria de competências e na requalificação para as transições ecológica e digital, oferecendo oportunidades em áreas como o conhecimento, o aconselhamento financeiro e a cooperação. Os Centros de Excelência Profissional Erasmus + também abordam os desafios em matéria de competências na agricultura. Na perspetiva do próximo QFP, para dotar os jovens agricultores e os novos operadores de capacidade para aplicar e desenvolver soluções conjuntas, é necessário dar continuidade aos apoios e ao alinhamento, através de iniciativas como a Parceria Europeia de Inovação — Produtividade e Sustentabilidade no Setor Agrícola (PEI-AGRI) e dos instrumentos da PAC harmonizados.

O programa Horizonte Europa inclui agora uma sexta área temática específica à agricultura e à bioeconomia, que cria novas oportunidades para ligar o apoio da PAC e do FEC à investigação e à inovação avançadas, oferecendo aos jovens agricultores a possibilidade de beneficiar diretamente de soluções financiadas pela UE. Importa facilitar o acesso a este conhecimento, juntamente com iniciativas como a Parceria Europeia de Inovação — Produtividade e Sustentabilidade no Setor Agrícola (PEI-AGRI) e os instrumentos da PAC harmonizados, a fim de reforçar a capacidade dos jovens agricultores e dos novos operadores para adotarem e desenvolverem soluções em conjunto.

Muitos agricultores são também proprietários florestais, o que torna o acesso a formação especializada neste domínio, incluindo sobre métodos de trabalho seguros, crucial para a

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre uma estratégia da UE para a literacia financeira.

³⁶ Pact for Skills - Agri-Food ecosystem (Pacto para as Competências — Ecossistema agroalimentar).

boa gestão florestal, a resiliência das comunidades rurais e a segurança nas zonas de fronteira.

Iniciativas emblemáticas

- Programa Erasmus para Jovens Empreendedores (EYE): trata-se de um poderoso instrumento de promoção da renovação geracional na agricultura. Foi concebido para os empreendedores, permitindo que os novos operadores e os jovens agricultores, adquiram competências empresariais vitais, ganhem confiança e criem redes, trabalhando com profissionais experientes em mais de 40 países. A Comissão pretende aumentar a visibilidade das zonas rurais, de modo a obter mais benefícios para os novos agricultores, incluindo os jovens.
- Plataforma Mulheres na Agricultura: esta plataforma terá por objetivo atrair mais mulheres para a agricultura, promover a igualdade de oportunidades, o intercâmbio de experiências e a mentoria, reconhecendo o papel fundamental das mulheres no futuro da agricultura e do desenvolvimento rural.
- Pacote de boas práticas «Agricultores do futuro» para todas as escolas agrícolas da UE: este pacote dotará os estudantes de exemplos claros e práticos de abordagens modernas da agricultura, como a diversificação, as ferramentas digitais, a sustentabilidade e o trabalho conjunto em novos modelos empresariais. Estes exemplos mostram que a agricultura moderna é inovadora e está ligada à economia em geral. A sua inclusão no sistema de ensino contribui para que os estudantes encarem a atividade agrícola como uma carreira dinâmica e orientada para o futuro.

	Ações propostas no âmbito da PAC 2028-2034	
Reforço do AKIS e dos serviços de aconselhamento tendo em vista a cooperação intergeracional	Integrar, no âmbito do Sistema de Conhecimento e Inovação Agrícolas (AKIS), formação adaptada para os jovens agricultores, a fim de apoiar a renovação geracional. Os jovens agricultores recebem mentoria, antes e depois da criação da empresa agrícola, abrangendo o acesso à terra, o planeamento empresarial, as questões técnicas, jurídicas e de sustentabilidade, com destaque para as soluções inovadoras.	Nova PAC — a partir de 2028
Açõ	ses propostas no âmbito de outras políticas da UE	
Investigação e inovação orientada para as necessidades das gerações mais jovens	Utilizar os fundos do Programa Horizonte Europa para apoiar a renovação geracional no setor agrícola, promovendo a investigação e a inovação adaptada às necessidades das jovens gerações, envolvendo os jovens agricultores no processo e incrementando os serviços de aconselhamento conexos.	Horizonte Europa — Programa de trabalho para 2027

A	Ações voluntárias ao nível dos Estados-Membros	Numa base voluntária
Competências inovadoras no domínio agrícola	Utilizar a especialização inteligente, a Plataforma para Aproveitar os Talentos e a Parceria para as Competências no setor agroalimentar no âmbito do Pacto para as Competências, a fim de impulsionar a inovação, a requalificação e a retenção de talentos nas zonas rurais. As regiões deverão dar prioridade à agricultura e à renovação geracional nas estratégias de especialização inteligente. A Plataforma para Aproveitar os Talentos poderá atrair os jovens através da educação e da mobilidade adaptadas. Os intervenientes no setor agroalimentar deverão participar no pacto para codesenvolver a formação e melhorar as competências dos jovens agricultores e dos novos operadores em tecnologias inovadoras. Os Centros de Excelência Profissional Erasmus + apoiarão as redes transnacionais que dão resposta aos desafios setoriais e transversais no domínio das competências.	A partir do 4.° trimestre de 2025
Educação e formação flexíveis e modernizadas no domínio agrícola	Adaptar os programas curriculares e propor formatos flexíveis e acessíveis, com ferramentas digitais, novas ou existentes, para responder às necessidades dos agricultores a tempo parcial e aos novos desafios, nomeadamente estratégias em matéria de diversificação e de rendimento.	A partir do 4.° trimestre de 2025
Apoios às organizações de jovens agricultores	Orientar o financiamento e os programas para apoiar as organizações de jovens agricultores, fazendo ouvir a sua voz.	A partir do 4.° trimestre de 2025
Utilização da iniciativa ALMA para dar a conhecer e reforçar a atratividade do setor agrícola para os jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (NEET)	Recorrer à iniciativa ALMA (Aspirar, assimiLar, doMinar, Alcançar), iniciativa da UE em prol da inclusão social, para ajudar na reintegração dos NEET na sociedade, mediante a construção de competências não técnicas e a concessão de apoio personalizado. Embora não se limite a um único setor, os intercâmbios no setor da agricultura poderão contribuir para promover a sua atratividade. O envolvimento dos agricultores no acolhimento de participantes em programas de estágios no estrangeiro poderá favorecer a aquisição de competências e incentivar os jovens a procurar emprego no setor agrícola. A integração desta abordagem nos AKIS nacionais poderá reforçar o emprego rural e a renovação geracional.	A partir do 4.° trimestre de 2025
	Ações voluntárias para as partes interessadas	Numa base voluntária
Aprendizagem interpares para jovens e novos agricultores	Oferecer mentoria, formação e aprendizagem entre colegas para reforçar as competências empresariais e de liderança dos jovens e dos novos agricultores, através das associações de jovens agricultores, das cooperativas e de parcerias.	A partir de 2026

C. Acesso à terra

A transferência da terra está no cerne da renovação geracional. O desafio é ilustrado pelo desequilíbrio a nível de propriedade fundiária: embora a maioria dos agricultores mais velhos sejam proprietários das suas terras, as gerações mais jovens estão frequentemente limitadas ao arrendamento — exploram 15 milhões de hectares como arrendatários, em comparação com os 10 milhões de proprietários. A locação financeira oferece uma opção

mais acessível a muitos novos operadores, mas a locação a curto prazo pode limitar a sua capacidade de investimento e de planeamento a longo termo.

Apesar dos regimes administrativos e das disposições específicas existentes nalguns Estados-Membros para facilitar a transmissão das explorações agrícolas, a sucessão antecipada é com frequência difícil: os desincentivos administrativos e fiscais dissuadem os agricultores de entregarem as suas explorações antes da reforma. Regras mais simples e incentivos específicos tornariam mais atrativa a antecipação da passagem de testemunho.

A transmissão das explorações agrícolas após a morte dos agricultores é frequentemente dificultada por quadros jurídicos complexos e elevados encargos fiscais. Mesmo nos casos de desagravamento fiscal ou de sucessão simplificada, as práticas tradicionalmente adotadas em certas regiões conduzem à divisão de parcelas, dificultando o emparcelamento das superfícies agrícolas viáveis. Os Estados-Membros deverão dar resposta a estes obstáculos para facilitar a transmissão, de forma mais eficaz, das terras aos agricultores. A Comissão integrará, por conseguinte, os aspetos económicos e sociais pertinentes associados à renovação geracional no processo do Semestre Europeu, de modo a garantir o alinhamento das políticas nacionais pelos objetivos da UE e a realização das reformas adequadas.

Para os que não têm acesso a terras herdadas, a aquisição é a principal via para a atividade agrícola, mas também a mais difícil. Na UE, os preços médios por hectare rondam os 11,791 EUR, situando-se acima de 280,000 EUR em certas regiões. Dada a falta de crédito, os prazos de reembolso prolongados e os rendimentos de investimentos frequentemente modestos e erráticos, os jovens agricultores enfrentam grandes obstáculos à entrada no mercado. Os Estados-Membros podem facilitar este processo com regimes de empréstimos a preços acessíveis, direitos de preferência para os jovens agricultores (que não sejam discriminatórios de acordo com a nacionalidade) e mecanismos específicos para pôr em contacto agricultores que cessam a atividade e proprietários de terras com candidatos a agricultores. Os Estados-Membros devem também tomar medidas contra as aquisições especulativas e a apropriação ilegal de terras, de modo a reservar as terras aráveis para a agricultura³⁷.

A locação financeira pode representar uma opção mais acessível. Na UE, cerca de metade das terras agrícolas são arrendadas, mas os acordos a curto prazo deixam os novos operadores vulneráveis. O reforço dos contratos a longo prazo, combinado com a concessão de prioridade aos jovens agricultores na atribuição de terras municipais ou públicas, aumentaria a estabilidade e a confiança.

Assiste-se também ao surgimento de modelos alternativos, desde os bancos de terras e fundos fundiários comunitários passando pelas incubadoras de explorações agrícolas, que necessitam de quadros jurídicos de apoio e de suporte regional para poderem ser viáveis em grande escala. Em simultâneo, a concorrência na procura de terrenos para outros fins, reduz a disponibilidade de terras aráveis e inflaciona os preços dos terrenos em detrimento da agricultura. A ocupação do solo reduz a disponibilidade de terras agrícolas. A conversão contínua de terras agrícolas em utilizações urbanas e industriais inflaciona os preços e restringe o acesso por parte de jovens agricultores. Os Estados-Membros devem alinhar-se

³⁷ Comité da Segurança Alimentar Mundial (2012) — <u>Diretrizes voluntárias para uma governação responsável dos regimes fundiários da terra, da pesca e da floresta no contexto da segurança alimentar nacional, FAO, Roma.</u>

pelo objetivo da UE da «ausência de ocupação líquida de terras até 2050»³⁸ protegendo mais as terras agrícolas no âmbito do ordenamento do território.

A política fundiária beneficiaria, em toda a UE, de uma maior cooperação e partilha de dados entre os Estados-Membros. A fim de apoiar esta política, a Comissão está a desenvolver a base analítica para um **Observatório Fundiário Europeu**, concebido como um fórum de debate para ajudar a colmatar as lacunas em matéria de informação e aumentar a transparência no que toca a transações fundiárias, preços, alteração do uso dos solos e tendências de mercado. Proporcionará aos Estados-Membros dados e instrumentos para conceber medidas mais justas e eficazes, adaptadas aos contextos nacionais, contribuindo simultaneamente para os objetivos comuns da UE, incluindo a renovação geracional.

Iniciativas emblemáticas

- Observatório Fundiário Europeu: visa aumentar a transparência no domínio fundiário, ajudar os agricultores a aceder às terras disponíveis, apoiar a sucessão nas explorações agrícolas, fundamentar a definição das políticas e prevenir a especulação fundiária, facilitando o acesso à atividade agrícola por parte dos novos operadores.
- Políticas fundiárias nacionais: com vista a eliminar os obstáculos no acesso à atividade, a
 impedir as aquisições especulativas e a alinhar as medidas nacionais pelos objetivos da UE
 em matéria de renovação geracional que devem constar do Semestre Europeu ou integrar
 o seu âmbito de aplicação.

Ações co	nstantes de propostas ao abrigo de outras políticas da UE	
Avaliação do	Realizar dois estudos interligados para melhor compreender os obstáculos	Até ao
mercado fundiário	à renovação geracional no setor agrícola, relacionados com as terras, a fim	4.° trimestre
para a renovação	de:	de 2026
geracional	1. Examinar a financeirização das terras agrícolas e as suas	
	consequências socioeconómicas e ambientais, e	
	2. Analisar a evolução dos preços das terras agrícolas em relação	
	aos fatores agroambientais e sociais.	
	Ações voluntárias ao nível dos Estados-Membros	
Serviços de	Apoiar os regimes confidenciais de mobilidade fundiária que põem em	A partir do
mobilidade	contacto os proprietários das terras e os novos operadores, por via do	4.° trimestre
fundiária	arrendamento, da parceria e da exploração partilhada, e as ferramentas que	de 2025
	permitam aos agricultores encontrar terras disponíveis. Incentivar a	
	criação de quadros jurídicos que garantam arrendamentos a longo prazo e	
	promover a estabilidade do arrendamento, para permitir que os jovens	
	agricultores possam progressivamente tomar o controlo das explorações e	
	realizar os investimentos necessários. Com base nas iniciativas dos	
	Estados-Membros, a rede UE interligará as plataformas nacionais.	
Modelos	Apoiar a transmissão da propriedade entre várias gerações e aos próprios	A partir do
alternativos de	trabalhadores, incluindo a aquisição das explorações pelos seus	4.° trimestre
transmissão de	trabalhadores, em que estes adquirem ações das empresas agrícolas, assim	de 2025
propriedade e de	como os modelos de gestão cooperativa das terras. Dar prioridade ao apoio	
empresas	no caso dos modelos que permitem transmissões graduais ou coletivas da	
	propriedade.	

Comissão Europeia (2011), *Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos*, COM(2011) 571, Bruxelas — que estabelece o objetivo de ocupação líquida nula até 2050; reiterado na Comunicação da Comissão Europeia (2021), *Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030*, COM(2021) 699,

_

Bruxelas.

Bancos de terras e reutilização de terras abandonadas	Apoiar os bancos públicos de terras na gestão e reorientação de terras abandonadas ou fragmentadas, facilitando o acesso dos jovens agricultores e dos novos operadores à atividade. Promover os mecanismos de locação cooperativa, se for caso disso.	A partir do 4.° trimestre de 2025
Envolvimento de instituições financeiras públicas	Incentivar as instituições financeiras a apoiar o acesso às terras aráveis e o desenvolvimento das explorações, oferecendo produtos financeiros como créditos, garantias de empréstimos e juros bonificados para o melhoramento fundiário e o emparcelamento rural, ajudando os jovens agricultores a ultrapassar os obstáculos financeiros e aumentar a viabilidade das explorações agrícolas.	A partir do 4.° trimestre de 2025
Custos de transmissão de terras mais baixos para as pequenas explorações agrícolas	Promover as reformas e os subsídios destinados a reduzir os elevados custos de registo fundiário e de transação, um grande obstáculo para os jovens agricultores. Para desencorajar a especulação, sem prejudicar os novos operadores, ponderar a possibilidade de isentar ou reduzir os impostos para as pequenas explorações agrícolas, designadamente estabelecendo tetos máximos ou fixando custos proporcionais à dimensão das terras.	A partir do 4.° trimestre de 2025

D. Resiliência, condições de vida dignas e acesso a novas fontes de rendimento

A renovação da agricultura não depende só do acesso à terra, a competências e a financiamento, mas também das oportunidades económicas globais no setor agrícola e da atratividade da vida rural. Muitos jovens hesitam em ficar ou em regressar à atividade agrícola e às zonas rurais quando as fontes de rendimento, os serviços e a qualidade de vida ficam aquém dos padrões para as zonas urbanas. A PAC desempenha um papel essencial ao garantir a viabilidade económica e a atratividade da agricultura e das outras atividades exercidas nas zonas rurais da UE, em complementaridade com a política de coesão e as outras políticas da UE. O Observatório Rural³⁹ proporciona dados atualizados e análises sobre as condições existentes nas zonas rurais, a resiliência e a qualidade de vida, apoiando a elaboração de políticas baseadas em dados concretos.

Além disso, em consonância com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, é essencial melhorar o acesso à saúde, as estruturas de acolhimento de crianças e de assistência a idosos, os transportes, a habitação, as infraestruturas locais, a educação e a formação, bem como as oportunidades de emprego (para os jovens e para os familiares dos agricultores), assim como o apoio social, em formatos flexíveis e acessíveis e reforçados com ferramentas digitais e redes de proximidade, para tornar a agricultura compatível com a vida familiar e combater o isolamento e o despovoamento.

Exemplos de serviços rurais de apoio aos agricultores

- Áustria cooperativas rurais de acolhimento de crianças: iniciativas de acolhimento de crianças de base comunitária que permitem às famílias das zonas agrícolas conciliar responsabilidades familiares e profissionais.
- Finlândia unidades móveis de cuidados de saúde e serviços sociais: prestam cuidados de saúde e apoios sociais essenciais diretamente nas zonas rurais remotas, melhorando a qualidade de vida e reduzindo a pressão sobre os agregados familiares agrícolas.

_

³⁹ Observatório Rural da UE — *rural-vision.europa.eu*.

A concessão de mais proteção social e a oferta de serviços sociais adaptados aos agricultores podem também desempenhar um papel decisivo. A estabilidade dos rendimentos, a rede de cuidados de saúde (incluindo a saúde mental e os cuidados continuados), as licenças parentais e para assistência a doentes, bem como a atribuição das pensões adequadas, proporcionam aos novos operadores a segurança de que necessitam para assumir riscos e construir uma carreira na agricultura. Os sistemas inclusivos, que prestam apoio, estabelecem conexões e criam condições para atrair todos os tipos de agricultores, incluindo os agricultores a tempo parcial, as mulheres e os grupos em situações de vulnerabilidade, e que dão resposta aos desafios da saúde mental nas zonas rurais, reforçam a justiça e a resiliência das comunidades rurais.

Em simultâneo, a diversificação das atividades económicas é fundamental para a resiliência. Os jovens agricultores que possam combinar a agricultura tradicional com práticas inteligentes em termos de clima, com novos empreendimentos no domínio da bioeconomia e das cadeias de valor, o agroturismo, a produção de energias renováveis ou a digitalização ganham em competitividade e viabilidade das suas explorações a longo prazo. Os sistemas alimentares locais, desde as cadeias de abastecimento curtas passando pela agricultura apoiada pela comunidade, garantem rendimentos mais estáveis e reforçam os laços sociais, ao mesmo tempo que estreitam os vínculos entre os consumidores e a comida que lhes é servida no prato. Além disso, as oportunidades de financiamento para a criação de instalações de produção de energias renováveis nas próprias explorações agrícolas podem reduzir os obstáculos ao investimento inicial e conduzir a poupanças de custos a longo prazo, bem como a fluxos de rendimento potenciais, reforçando a viabilidade das explorações e a resiliência energética das zonas rurais.

A imagem da profissão é difícil de mudar: a atividade agrícola continua a ser frequentemente encarada como difícil e fora de moda. Para atrair as novas gerações será crucial mudar esta imagem apresentando soluções em termos de inovação, de sustentabilidade e de apoios disponíveis. Os novos canais de comunicação e as redes sociais permitem chegar a um público mais jovem, captar a sua atenção e incentivá-lo a considerar a atividade agrícola como um percurso profissional que oferece flexibilidade e qualidade de vida em comunhão com a natureza, além dos significativos contributos para a sociedade.

No seu conjunto, estas medidas criam zonas rurais mais dinâmicas, diversificadas e resilientes, locais onde os jovens pretendam viver, trabalhar e investir no seu futuro. Esta é a base para uma renovação geracional duradoura no setor da agricultura da UE.

Iniciativas emblemáticas

- Serviços de substituição nas explorações agrícolas, enquanto componente da nova proposta para a PAC: deverão incluir os apoios aos agricultores em caso de ausência por doença ou acidente ou devido a responsabilidades parentais, prestação de cuidados, incluindo aos agricultores mais velhos, férias ou formação. O financiamento deve cobrir a prestação de serviços de substituição nas explorações agrícolas e os salários dos trabalhadores substitutos no caso das ausências de curta duração.
- Embaixadores da juventude rural: a Comissão Europeia criará um programa de embaixadores da juventude rural. Serão selecionados jovens, que serão apoiados para atuarem como defensores da agricultura e da vida rural e participarem ativamente nos debates políticos. Através da sensibilização, do esclarecimento e da participação dos pares, os embaixadores contribuirão para moldar a perceção junto do público, instigar um maior interesse entre os jovens e melhorar a imagem global do setor agrícola e das zonas rurais em toda a Europa.

Ações pro	postas no âmbito da PAC — atual e para o período de 2028-2034	
Investimentos na transição energética e climática	Apoiar os projetos de energias renováveis ao nível das próprias explorações agrícolas e os investimentos em soluções em prol da adaptação às alterações climáticas, a fim de reforçar a resiliência dos jovens agricultores aos riscos climáticos.	Planos da PAC, atual e novo
Estratégias, infraestruturas e diversificação empresarial para as zonas rurais	Promover uma abordagem integrada das zonas rurais nos planos de parceria nacionais e regionais e na programação dos instrumentos de desenvolvimento territorial integrado, disponibilizando financiamento para a criação de infraestruturas e de serviços rurais acessíveis, especialmente nas zonas remotas, como as regiões ultraperiféricas da UE, incluindo no domínio da conectividade e dos transportes, para melhorar as condições de vida nas zonas rurais.	Atual PAC — ajudas aos investimentos em infraestruturas, nova PAC — planos PNR — a partir de 2028
LEADER/ DLBC	Apoiar o desenvolvimento rural local e o trabalho em rede através do desenvolvimento local de base comunitária/LEADER (DLBC), promovendo a participação dos jovens e das mulheres e reduzindo o isolamento rural.	Atual PAC e Fundos PNR
	Ações propostas no âmbito de outras políticas da UE	
Ação coordenada para as zonas rurais a nível da UE	Promover ações de apoio à atratividade das zonas rurais em vários domínios de intervenção, incluindo a educação e a formação, as comunidades da energia, a conectividade, a bioeconomia e a participação dos jovens através do Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais atualizado. Envidar mais esforços para dar voz às comunidades rurais, promover o trabalho em rede e coordenar as ações em prol das zonas rurais através do Pacto Rural, em 2026 e 2027.	1.º trimestre de 2026
Promover a agricultura social ⁴⁰	Incentivar o voluntariado nas quintas terapêuticas e nas quintas sociais, com o envolvimento do Corpo Europeu de Solidariedade, apoiando simultaneamente os Estados-Membros no desenvolvimento de iniciativas destinadas aos jovens agricultores, que ofereçam serviços sociais e cuidados de saúde nas zonas rurais.	4.° trimestre de 2026
Agricultura de carbono, mercados e resiliência	Executar o Regulamento da UE Remoções de carbono e Carbonicultura, oferecendo a possibilidade de pôr em contacto, na base do voluntariado, os agricultores, silvicultores e gestores de terras e os mercados de carbono, proporcionando-lhes uma fonte de rendimento adicional, reforçando a sua competitividade e a resiliência das suas explorações agrícolas.	A partir do 4.º trimestre de 2025
	Ações voluntárias ao nível dos Estados-Membros	Numa base voluntária
Valor acrescentado local nos	Apoiar as estratégias locais e regionais para o setor alimentar e as estratégias de inovação relacionadas com a alimentação, promover as vendas diretas nos mercados locais e nas próprias explorações e melhorar as ligações entre zonas rurais e urbanas, ajudar os jovens e os novos agricultores a tirar	A partir do 4.º trimestre de 2025

Por agricultura social (*ou agricultura terapêutica*) entende-se a utilização da atividade agrícola para prestar serviços de saúde, sociais ou educativos a grupos em situações de vulnerabilidade, diversificando simultaneamente as atividades exercidas nas explorações e contribuindo para o desenvolvimento rural.

sistemas	proveito das oportunidades de acesso à atividade agrícola e fomentar a	
alimentares	agricultura, a transformação e o comércio a retalho de proximidade.	

E. Sucessão e reforma

Os sistemas de pensões e o planeamento da sucessão são fundamentais para garantir a renovação geracional no setor agrícola. É crucial que os agricultores mais velhos que pretendam reformar-se disponham das oportunidades e dos meios para o fazer com dignidade e segurança financeira. Em toda a UE, muitos agricultores mais velhos protelam a ida para a reforma devido à cobertura inadequada dos regimes de pensões e à falta de alternativas viáveis ao rendimento agrícola. Esta insegurança financeira conduz frequentemente a repensar a transmissão das terras ou a cessação da atividade, reduzindo, em última análise, a mobilidade fundiária e bloqueando as oportunidades de entrada e de estabelecimento de agricultores mais jovens no setor.

A PAC desempenha, com frequência, um papel social neste contexto. Para muitos agricultores mais velhos, sem direitos de pensão adequados, os pagamentos da PAC representam o único rendimento, transformando-se numa rede de segurança. Esta situação sublinha a necessidade de adotar medidas nacionais complementares para reforçar a proteção social e propor opções de reforma que abranjam adequadamente os agricultores.

O planeamento da sucessão é também essencial, continuando a representar um grande obstáculo. Sem apoio jurídico e aconselhamento, a transmissão das explorações agrícolas pode ser atrasada ou mal gerida, conduzindo a conflitos e a incertezas. A viabilidade do setor agrícola a longo prazo depende de um planeamento atempado, que permita simultaneamente às gerações mais velhas retirar-se gradualmente, continuando envolvidas, se assim o desejarem, e atribuindo responsabilidades de forma estruturada, no respeito do seu papel e experiência.

O Semestre Europeu continuará a acompanhar a forma como as políticas nacionais de pensões e de proteção social contribuem para obter um rendimento adequado na velhice e o acesso à proteção social por parte de diferentes grupos profissionais, incluindo os agricultores.

Exemplos de sistemas de pensões que apoiam a renovação geracional

- Alemanha: o Banco alemão de Pensões Agrícolas apoia a sucessão nas explorações, proporcionando pensões de reforma e seguros sociais aos agricultores que cessam a atividade.
- França: sistemas de pensões ajustados prestam um apoio semelhante, mostrando como a proteção social adaptada pode facilitar a renovação geracional no setor da agricultura.

Os sistemas que apresentam bons resultados partilham características essenciais: incluem todos os membros da família no sistema de cobertura, a fim de evitar lacunas na contribuição; oferecem contribuições flexíveis, baseadas no rendimento ou de montante fixo, para refletir a variabilidade dos rendimentos agrícolas, e assentam em subsídios públicos, corretamente considerados como investimentos na equidade rural e na segurança alimentar. Com definições jurídicas claras e condições de recursos equitativas garantir-se-á ainda mais inclusividade.

Em última análise, o investimento em regimes de pensões adequados e estáveis para os agricultores é não só uma questão de justiça social, mas também uma alavanca estratégica para garantir a renovação geracional, a mobilidade fundiária e a sustentabilidade da agricultura da UE a longo prazo.

Iniciativas emblemáticas

- Vincular os pagamentos diretos à idade da reforma dos agricultores até 2032, conforme proposto para a PAC no período pós-2027. Os agricultores em idade de reforma que recebem uma pensão deixarão de ser elegíveis para pagamentos diretos, incentivando a sucessão intergeracional.
- Integrar os aspetos pertinentes da renovação geracional respeitantes à sucessão no **Semestre Europeu** e incluir as reformas das pensões, a aposentação e a transmissão de explorações agrícolas nos quadros de ação nacionais, facilitando a sucessão em tempo útil, a mobilidade fundiária e a segurança dos rendimentos para os agricultores que cessam a atividade.

	Ações propostas no âmbito da PAC 2028-2034	Calendário
Apoio no planeamento da sucessão das explorações agrícolas através do AKIS	Oferecer formação e aconselhamento específicos através do AKIS, a fim de apoiar uma sucessão harmoniosa e atempada dos agricultores. Os agricultores mais velhos deverão receber orientações sobre planeamento jurídico, financeiro e sucessório, enquanto os jovens agricultores deverão receber formação sobre regimes sucessórios, planos de continuidade das atividades e planos de modernização. Facilitar sessões conjuntas de planeamento entre gerações, apoiadas por conselheiros ou mediadores formados, a fim de desenvolver planos de transmissão claros e realistas.	Nova PAC — a partir de 2028
	Ações propostas no âmbito de outras políticas da UE	
Melhoria dos conhecimentos sobre fiscalidade e sobre sucessão nas explorações	Estudar de que forma as políticas fiscais em matéria de sucessões e doações influenciam a transmissão no setor agrícola nos Estados-Membros, com base nos dados do Observatório Fundiário Europeu. Recensear os obstáculos fiscais e jurídicos que atrasam ou dificultam a transmissão em tempo útil, proporcionando uma base para reformas que facilitem a aposentação antecipada, uma sucessão mais fluida e uma renovação geracional mais efetiva. Apoiar a transição da atividade agrícola para a reforma, associar os	A partir de 4.º trimestre de 2026
melhores práticas	pagamentos diretos à idade da reforma, promover o intercâmbio de boas práticas no que toca ao acesso dos agricultores aos regimes de segurança social através de um debate conjunto com os Estados-Membros.	2026
	Ações voluntárias ao nível dos Estados-Membros	Numa base voluntária
Regimes de pensões	Garantir um acesso adequado aos regimes de pensões que proporcionam segurança suficiente na reforma para os agricultores e trabalhadores agrícolas mais velhos.	A partir do 4.º trimestre de 2025
Legislação para facilitar a transmissão de	Adotar medidas legislativas em domínios como a fiscalidade, a sucessão e a transmissão de terras, que facilitem a transferência dos ativos agrícolas de uma geração para outra.	A partir do 4.º trimestre de 2025

explorações agrícolas		
Segurança social e serviços sociais	Garantir a estabilidade, colmatar as disparidades de género e apoiar os agricultores nos períodos de transição ao longo da vida, graças a uma segurança social inclusiva, que abrange as mulheres, os reformados, as pessoas com deficiência e os outros grupos em situações de vulnerabilidade, bem como o acesso a serviços sociais de qualidade e a preços comportáveis, incluindo os cuidados continuados.	A partir do 4.º trimestre de 2025
	Ações voluntárias para as partes interessadas	Numa base
		voluntária

CONCLUSÃO

A estratégia para a renovação geracional no setor da agricultura articula-se em torno de várias iniciativas emblemáticas fundamentais apoiadas por um conjunto abrangente de medidas que poderão ser levadas a cabo a três níveis interligados: as iniciativas no âmbito da PAC, atual e futura, as iniciativas ao abrigo de outras políticas da UE, as ações lideradas pelos Estados-Membros, que têm competências em domínios cruciais como o acesso à terra, a política fiscal, a educação e as pensões e, em última análise, as ações das partes interessadas. A ultrapassagem dos principais obstáculos obriga a compromissos significativos a nível nacional e regional.

Esta estratégia define uma via clara para apoiar a renovação geracional no setor da agricultura na UE, transformando a ambição política em ações concretas. Proporciona um quadro que associa diferentes políticas e níveis de governação para eliminar os obstáculos que se colocam aos jovens e promover condições equitativas para os agricultores mais velhos que cessam a atividade, nomeadamente através de sistemas adequados de reforma e de pensões. Introduz também a nova plataforma Mulheres na Agricultura, a qual visa promover a igualdade de oportunidades e o trabalho em rede. Dá especial atenção aos agricultores com menos de 40 anos, que enfrentam as maiores dificuldades no acesso ao financiamento e ao crédito, reconhecendo simultaneamente o papel essencial desempenhado pelos novos agricultores, independentemente da sua idade, na preservação dos sistemas alimentares da UE, vitalidade das zonas rurais e legado ambiental.

A Comissão convidou todos os Estados-Membros a desenvolver a sua própria estratégia de renovação geracional para a agricultura até 2028, no quadro dos seus planos de parceria nacionais e regionais, combinando ações no âmbito da política agrícola da UE, das políticas rurais nacionais e dos quadros orçamentais e sociais. A Comissão insta os Estados-Membros a adaptarem as medidas às suas necessidades específicas, reconhecendo os diversos sistemas agrícolas, regimes sucessórios e fiscais e realidades do mundo rural em toda a União Europeia.

A consecução dos objetivos da estratégia exige uma cooperação estreita entre as autoridades nacionais e regionais e os agricultores de todas as gerações, apoiada numa

liderança política, com financiamento específico, e num compromisso a longo prazo de todos os intervenientes. Estes fatores são vitais para conceber intervenções eficazes e adaptadas ao contexto e para libertar o potencial da próxima geração.

Complementando este trabalho, a comunicação, a promoção e o apoio à diversificação das explorações agrícolas aumenta a visibilidade da atividade agrícola como carreira atrativa, viável e valorizante, ressaltando simultaneamente a importância social mais ampla da renovação geracional para o futuro dos sistemas alimentares e das comunidades rurais na Europa.

No seu conjunto, estas medidas constituem a base para uma renovação geracional duradoura no setor da agricultura.

Refletindo esta ambição e apoiando-se na proposta para a PAC 2028-2034, esta estratégia estabelece o objetivo ambicioso de aumentar, até 2040, a atual percentagem de 12 % para 24 % de jovens agricultores na UE, incluindo também os novos agricultores. Este objetivo está em consonância com a recomendação da Comissão de consagrar pelo menos 6 % das despesas agrícolas à renovação geracional, particularmente importante para os Estados-Membros com menos avanços neste domínio.

A Comissão manterá o seu compromisso com os jovens agricultores e tenciona efetuar um balanço dos progressos realizados durante os diálogos sobre políticas com os jovens, em especial o que terá lugar na primavera de 2029, último ano do atual mandato do Colégio.